



Participam da iniciativa:

A Fundação Joaquim Nabuco, em parceria com a Associação dos Juízes para a Democracia, secção Pernambuco, a ONG Delegados para a Cidadania e o Instituto Latino-Americano de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos.











Ações:

O projeto Oficina de Segurança, Justiça e Cidadania, inclui entre as suas ações a realização de pesquisas, difusão do conhecimento, através de palestras e de programa na Rádio AM Capibaribe, e o Curso de pós-graduação em Direitos e Garantias Fundamentais.

Eixo-condutor - O Curso de Direitos e Garantias Fundamentais tem como eixo-condutor a cidadania.

Objetivo Geral:

O curso, aberto a interessados na temática, objetiva formar quadros de operadores do Direito, militantes ou postulantes à militância em direitos humanos.

Objetivo Específico:

Desenvolvimento de estudos que possibilitem a compreensão dos Direitos e Garantias Fundamentais, na perspectiva de contribuir para a formação de agentes de transformação social, através do conhecimento voltado à prática, como capacidade de intervenção, atendimento às demandas sociais e aplicabilidade no contexto social.

Contexto

A desigualdade e a injustiça social, o distanciamento na relação Estado x Sociedade, potencializado através de estruturas formais arcaicas e de práticas institucionais e profissionais que não atendem às demandas atuais, bem como o desconhecimento da sociedade sobre temas importantes para a vida contemporânea, vêm reclamando por parte dos operadores do direito, desde as suas mais altas instâncias ao cidadão comum, novas práticas e formas de intervenção capazes de transformar a realidade, que contribuam para torna-la mais justa e humana. O curso de Direitos e Garantias Fundamentais se inscreve com esse propósito, o de estimular uma nova prática social a partir de uma visão crítica dos elementos que permeiam os direitos e garantias fundamenteis.

Beneficiários diretos e indiretos

Beneficiários finais indiretos

O Sistema de Segurança e Justiça apto a prestar serviços com eficiência, respeitando as garantias constitucionais dirigidas à cidadania. E o cidadão que ampliará seu acesso a tais serviços, oferecidos com qualidade.

Beneficiários diretos

Os quadros de operadores do direito, as organizações e os quadros de base das ONGs e das entidades públicas, militantes ou postulantes à militância em direitos humanos, e interessados na temática.

Resultados Esperados

- Formação de 35 participantes;
- Elaboração de 35 projetos de intervenção, diversificados e qualificados (distintos entre si, porém homogêneos nos princípios básicos).

Atividades de formação

Corpo de conhecimento, estruturado em eixos temáticos, totalizando 390 h/a

Promoção de ciclo de tópicos específicos, com duração de 5 h/a cada, com a presença de especialistas nas temáticas de estudo.

Elaboração de 35 projetos de intervenção.

REALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Metodologia específica da intervenção

Desenvolvimento de um processo dialógico, inspirado no método Paulo Freire, envolvendo alunos, docentes e coordenador de aulas, a partir da análise de situações-problema, trabalhando eixos temáticos articulados no contexto da abordagem multidisciplinar.

REALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

Promotores da Metodologia

Docente: Caberá ao docente a atividade de organização do conhecimento através de plano de ensino, situações de ensino-aprendizagem, socialização e avaliação.

Coordenador de aula: a quem caberá desenvolvimento de atividades auxiliares junto professor e aos alunos: problematizar questões; suscitar enfoques e desafios, provocar e estimular o debate; controlar o debate, evitando o desvio e a dispersão do tema; estruturar e organizar o debate; fazer síntese do que foi debatido; levantar expectativas para estruturar debate seguinte; convocar o debatedor e organizar a sua intervenção; não perder de vista o objetivo de uma ação transformadora; fazer pensar a realidade questionando o que é preciso fazer e a racionalidade da norma, verificando o porquê, para quê, contra quem e como ela se efetiva.

O coordenador contará com equipe formada por dois auxiliares.

Processo de avaliação proposto para capacitação compreende as seguintes etapas:

- 2. Avaliação da aprendizagem
- 3. Avaliação do Projeto de Intervenção
- 4. Avaliação do processo de capacitação

A **avaliação da aprendizagem** será realizada mediante elaboração de peça prática, de acordo com a área de atuação de cada aluno.

A avaliação do Projeto de Intervenção será realizada por comissão constituída por três membros: professor orientador, e dois professores convidados. O grau para aprovação será 7 (sete).

A avaliação do processo de capacitação será realizado em duas etapas: a primeira, através de acompanhamento, desenvolvido durante as fases de planejamento e execução do curso, e a segunda, ao final do curso, compreendendo a avaliação pelos professores e pelos alunos, através da aplicação de questionário formal.

Certificação

A aprovação dos participantes dar-se-á mediante a obtenção da média de aprovação nas disciplinas, a freqüência de 75% e a apresentação e aprovação do Projeto de Intervenção.

Grade do Curso

Eixos Temáticos

3) VIDA (15 horas/aula)

- 2) INTEGRIDADE FÍSICO-PSÍQUICA (15 horas/aula)
- 3) **DIGNIDADE** (30 horas/aula)
- 4) LIBERDADE (30 horas/aula)
- 5) IGUALDADE (15 horas/aula)
- **6) INTIMIDADE/HONRA/IMAGEM** (15 horas/aula)
- 7) DEVIDO PROCESSO LEGAL (15 horas/aula)
- 8) CIDADANIA (105 horas/aula)
- 9) **DEMOCRACIA** (30 horas/aula)
- 10) SOLIDARIEDADE (15 horas/aula)
- 11) O QUE É O DIREITO? (15 horas/aula)
- 12) O QUE É JUSTIÇA? (15 horas/aula)
- 13) METODOLOGIA (30 horas/aula)
- 14) CICLO DE TÓPICOS ESPECÍFICOS (30 horas/aula)

Proposta político-ideológica